



O JORNALISMO COMO POLÍTICA PÚBLICA NO DEBATE DA QUESTÃO AMBIENTAL AMAZÔNICA

Journalism as Public Policy at the Debate About Environmental Question of Amazonia

Maurício Pimentel Homem de Bittencourt ¹

RESUMO: O artigo aponta elementos para uma política pública na área de Jornalismo. A proposta surge do conceito de “jornalismo alternativo para a questão ambiental amazônica”, prática jornalística capaz de contribuir para a conservação ambiental da Amazônia. Ressalta-se a importância do jornalismo para instruir e matizar o debate ambiental na região. No contexto de intensa midiaticização do mundo contemporâneo, somente uma sociedade bem informada poderá participar democraticamente da discussão sobre alternativas de desenvolvimento para a Amazônia. Se o jornalismo da mídia de massa defende e estimula um modelo de desenvolvimento baseado na exploração da natureza e no crescimento econômico, impõe-se a criação de uma política pública para viabilizar a mídia *alternativa*. Presume-se que o jornalismo ali exercido tenha liberdade política e econômica para discutir a questão ambiental amazônica com independência, de acordo com o interesse público de conservação da floresta.

Palavras-chave: jornalismo; questão ambiental amazônica; política pública.

ABSTRACT: The article presents elements of a public policy for journalism. The proposal comes from the concept of “alternative journalism for the environmental question of Amazonia”, kind of journalism able to contribute to the conservation of the Amazon rainforest by supporting the environmental debate. As the mass media journalism is considered in compliance with hegemonic development, this public policy expects to put in practice the journalism for the environmental question of Amazonia on the *alternative* media. Only on that way it may have the independence to discuss about environmental question of Amazonia and about the conservation of the Amazon rainforest.

Keywords: journalism; environmental question of Amazonia; public policy.

JEL: Z18

1. INTRODUÇÃO

A tese “Jornalismo alternativo para a questão ambiental amazônica” (BITTENCOURT, 2013), desenvolvida na área de Ciência Ambiental (Procam/USP), concluiu que é possível contribuir para a conservação ambiental da Amazônia por meio do jornalismo, comprovando a principal hipótese de pesquisa. Concluiu-se ainda que a) o jornalismo para a questão ambiental amazônica deve ocorrer na mídia alternativa e b) forças políticas comprometidas com a conservação ambiental da Amazônia necessitam de uma estratégia pragmática de ação na área da Comunicação Social/Jornalismo. Uma dessas estratégias consiste na proposição de uma política pública na área da Comunicação Social/Jornalismo.

A tese aponta elementos para uma política pública de Comunicação Social que aborde e provoque o debate da “questão ambiental amazônica”

¹ Jornalista. Doutor em Ciência Ambiental pela Procam/USP. Professor Adjunto da Universidade Federal do Acre. maubit1@gmail.com

(QAA)², ao mesmo tempo em que forneça subsídios para que a discussão se democratize. No aspecto prático, criou-se um meio de comunicação jornalístico alternativo para alimentar e fundamentar o debate sobre a QAA, denominado “Agência Ambiental de Notícias da Amazônia”. Entende-se que tal meio de comunicação pode ser o primeiro passo da política pública em questão. Esboça-se uma proposta nesse sentido, prevendo uma rede de redações jornalísticas na região amazônica, com um escritório em cada grande afluente do Rio Amazonas e nas cidades amazônicas mais importantes (BITTENCOURT, 2013, p. 203). O presente artigo busca desenvolver o conceito de política pública iniciado na tese, ao propor uma prática jornalística vinculada a meios alternativos de comunicação, como uma rede de informação direcionada pelo interesse público de conservação da Amazônia. Contextualiza-se o tema a seguir, justificando-se a necessidade de promover o debate na mídia *alternativa*.

2. JORNALISMO DE INTERESSE PÚBLICO

Tassara (2006, p. 228) define crise ambiental como “uma crise política da razão frente ao não entendimento da natureza social da natureza”. As crises são conhecidas como momentos decisivos e de ruptura, para as quais esperam-se soluções de quaisquer âmbitos. Desta forma, acredita-se que a resolução da crise ambiental na Amazônia dependa do debate democrático e pluralista, esperança de soluções originais e abrangentes para estancar a devastação do ecossistema. A exploração de recursos naturais gera graves impactos ambientais na Amazônia, mas continua a dominar a economia da região. Desta forma, exerce pressão sobre a discussão ambiental, tornando-a refém de um maniqueísmo que considera a sustentabilidade mero entrave ao desenvolvimento. As forças que dominam a economia da Amazônia também controlam a mídia de massa regional e nacionalmente, acirrando ainda mais a discussão sobre conservação ambiental. O que se vê na Amazônia é um debate constrangido ao silêncio no que tange a questões que poderiam mudar o processo de destruição da floresta. A conjuntura sócia histórica explica a complexa discussão da questão ambiental numa sociedade dependente da posse da terra e da extração de recursos primários.

De um lado, a classe socioeconômica dominante, concentrada em atividades agropastoris, mineração, pesca, exploração madeireira e comércio. Trata-se da classe que historicamente comanda os meios de comunicação de massa regionais. De outro lado, a maioria das pessoas, de variadas classes sociais, sem saber se perdem ou ganham com a devastação da floresta, tentando garantir a sobrevivência e fontes de renda, independentemente de posicionamento ideológico. É a maioria do público da mídia de massa. Essa maioria aceita a proposta hegemônica de desenvolvimento como fato consumado, ignorante da possibilidade de questioná-la, sem saber que a floresta

² A expressão *questão ambiental amazônica* é eventualmente substituída pela sigla “QAA”.

esconde alternativas de desenvolvimento, sem perspectiva de conhecer a QAA a fundo, por falta de oportunidade ou interesse.

Desta forma, infere-se que o pluralismo e a democratização do debate da QAA exigem que a maioria do público amazônico esteja bem informada. O debate pluralista torna-se assunto de interesse público. No contexto da sociedade midiaticizada, o jornalismo de interesse público se justifica como forma de contribuir para a conservação da Amazônia ao exercer sua função de apurar fatos. Trata-se de um fator de intervenção no território, na medida em que influencia o debate ambiental com a produção de sentidos, a partir de evidências e informações apuradas com isenção.

A questão regional, por exemplo, mostra que a Amazônia é uma espécie de colônia dentro de seu próprio país, cujos rumos estão subordinados a interesses de grupos sociais externos³. A região manteve-se relegada à posição subalterna de provedora de matéria-prima, o que impacta o debate ambiental. As populações indígenas amazônicas não tiveram direito ao pleno usufruto do território; outros povos que chegaram posteriormente como mão de obra barata também se mantiveram politicamente inexpressivos no contexto brasileiro. Durante a primeira era dos grandes projetos, desvalorizaram-se os conhecimentos endógenos e as características socioculturais da população amazônica. As alternativas de desenvolvimento sustentável descobertas por essas populações ao longo de séculos findaram excluídas. São povos que adquiriram um conhecimento capaz de rivalizar com o conhecimento científico sobre a Amazônia.

Desta forma, o “jornalismo alternativo para a QAA” elegeu como uma de suas prioridades a articulação entre ciência e saber comum, estimulando o diálogo entre os saberes científico e tradicional. “Os povos tradicionais da Amazônia fazem parte da vanguarda das propostas de desenvolvimento sustentável; são agentes capazes de contribuir para a resolução da crise ambiental” (BITTENCOURT, 2013, p. 179). Ou seja, o jornalismo alternativo para a QAA já traz, em si, a busca pluralista por alternativas de desenvolvimento entre os povos tradicionais amazônicos, desviando das opiniões hegemônicas.

A definição de “questão ambiental amazônica” (QAA) direciona a alternativa jornalística em tela. Na tese, conceituou-se QAA como uma “questão eminentemente política e socioeconômica que discute a relação sociedade-ambiente na Amazônia e a apropriação social dos recursos naturais públicos da Amazônia” (BITTENCOURT, 2013, p. 85). Nesses termos, o debate político sobre a apropriação dos recursos naturais é colocado no cerne da questão. Quem tem direito aos recursos ambientais da Amazônia? A discussão sobre conservação ambiental deve responder. Ora, uma definição de QAA que questiona privilégios da classe dominante impõe que o jornalismo para a questão ambiental amazônica ocorra na mídia alternativa, à margem da mídia de massa hegemônica. O objetivo é obter independência política e econômica. Assim, a

³ As informações sintetizadas neste tópico constam da tese “Jornalismo alternativo para a questão ambiental amazônica” (BITTENCOURT, 2013), disponível no link: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-04122013-202449/pt-br.php>



pesquisa apontou que o jornalismo permanece como potencial colaborador do debate, contanto que consiga apartar-se da mídia de massa.

Numa nova era de grandes projetos previstos para a Amazônia, configura-se um jornalismo sintonizado ao interesse público de conservar o bioma. Trata-se da busca de alternativas ao tipo de desenvolvimento que idealiza os grandes projetos. A conjuntura da crise ambiental gera oportunidades naturais para o Brasil e suas populações tradicionais, a partir da enunciação e organização de ideias e conhecimentos originais na área da sustentabilidade. O país pode ganhar com o fato de ainda possuir localidades que convivem em harmonia com a natureza. Nesse contexto, surge o conceito de jornalismo alternativo para a QAA.

O jornalismo alternativo para a questão ambiental amazônica é uma prática jornalística comprometida com a conservação da floresta amazônica. Atua na alimentação e na fundamentação do debate sobre a questão ambiental amazônica (...). Devido ao posicionamento político que visa à discussão sobre a apropriação social dos recursos ambientais, o jornalismo alternativo para a QAA se condiciona à existência de um meio de comunicação jornalístico alternativo em que possa ser praticado. (BITTENCOURT, 2013, p. 206)

3. A TERRITORIALIDADE NA DEMOCRATIZAÇÃO DO DEBATE

A partir da pesquisa situada no território amazônico, observam-se as demandas da sociedade *nacional* para a Amazônia e as demandas da sociedade *amazônica* para a Amazônia, tendo em vista que os interesses nacional e local nem sempre convergem. A Amazônia é conhecida por seu déficit social em questões básicas, ao mesmo tempo em que a região produz um tipo de conhecimento raro no mundo contemporâneo. No momento em que a sociedade esclarecida encoraja a convivência harmoniosa entre diferentes e a distribuição de renda como garantia para a democracia, a Amazônia sobrevive como um local onde os valores comunitários ainda não foram banidos. Todos ganham com a pluralidade no debate da QAA.

Afastando-se os entulhos promocionais, as falácias da publicidade e a manipulação dos noticiários de acordo com os interesses econômicos, nota-se que a Amazônia vem sendo quase sempre vítima, repetidamente abatida pelas simplificações, pela esterilização de suas lutas e neutralização das vozes regionais. Sem a necessária serenidade, e visão crítica da questão a partir de um projeto de sociedade nacional, os brasileiros deixam-se levar pela

perplexidade quando não sucumbem definitivamente à propaganda. (SOUZA, 2002, p. 31)

A neutralização das vozes regionais, apontada por Souza, é uma constante nos diversos âmbitos decisórios relativos ao território amazônico, seja no governo federal, nas pesquisas acadêmicas, na condução de projetos junto ao terceiro setor e por vezes nos próprios governos estaduais. Raramente as populações tradicionais conseguem um diálogo igualitário com as instituições. A partir do conceito de jornalismo alternativo para a QAA, imagina-se uma rede de comunicação que possa difundir informações regionais e globais que ajudem a entender o contexto global da Amazônia, contribuindo para que tais comunidades participem de maneira ativa do debate, na elaboração e concretização de projetos. A Comunicação Social é uma das formas de viabilizar o diálogo com as esferas decisórias. Entende-se que a demanda da sociedade nacional brasileira para a Amazônia seja a manutenção da soberania sobre recursos naturais extremamente valiosos, enquanto a demanda da sociedade local é a necessidade de fazer-se ouvir globalmente nos âmbitos político e econômico.

De acordo com a característica da QAA, são necessárias algumas ponderações sobre aspectos territoriais de uma política pública de Comunicação Social para a QAA. Propõe-se o jornalismo como instrumento para a democratização da gestão territorial ao ajudar a formatar e divulgar discursos e propostas vindas do interior, contribuindo para gerar ações e políticas territoriais condizentes com os tempos de mudanças climáticas e com o questionamento do modelo de desenvolvimento.

É importante destacarmos a centralidade do homem na efetivação dos territórios e das territorialidades, como síntese e mediação entre a sociedade e a natureza. Marx (1984) já evidenciara a síntese dialética que está no homem como *corpus* social e natural ao mesmo tempo. Há natureza interior (orgânica) e exterior (inorgânica) ao homem; ambas são fundamentais para a reprodução de nossas vidas, minuto a minuto, segundo a segundo. A natureza exterior está ligada aos homens e os homens estão na natureza. A natureza exterior fornece os meios para a nossa vida natural e social. (SAQUET, 2009, p. 87)

Levam-se em conta várias condições para iniciar a reflexão sobre o tipo de política pública a ser definida. A partir do axioma de que territorialidade humana é síntese e mediação entre a sociedade e a natureza, o exercício de tal territorialidade viabiliza uma comunicação suficientemente independente para libertar o debate de distorções externas, já que “comunicação, controle e classificação de áreas são as três facetas principais da territorialidade humana” (SAQUET, 2009, p. 86). No contexto de conflito de interesses, a interpretação de tais condicionantes, caso a caso, torna-se essencial para idealizar a política

Artigo



3º Congresso Amazônico de Desenvolvimento Sustentável

19 a 21 de novembro de 2014
Cuiabá, MT

- ▶ 1º Simpósio Nacional de Direito Agrário da UBAU
- ▶ 1º Colóquio Jurídico: Direito Agrário e Direito Ambiental
- ▶ 7º Congresso Internacional de Direito Agroambiental
- ▶ 5º Encontro Nacional de Prática Jurídica Ambiental

pública em tela. “Há territórios e territorialidades sobrepostos e em redes. Há redes nos territórios e territórios em redes bem como movimento do território e das redes” (SAQUET, 2009, p. 86). Assim, uma política pública jornalística para a questão ambiental amazônica deve priorizar a cobertura do território amazônico e as comunidades que vivem nos locais a serem conservados, o que demanda investimento em infraestrutura e mobilidade para os jornalistas.

Desprezar o intercâmbio de informações com os povos tradicionais da Amazônia seria dispensar uma ferramenta contemporânea obrigatória, conforme apontam diferentes atores sociais envolvidos com a problemática amazônica. Mais de 50% das estratégias apresentadas por tais atores à pesquisa “As Amazônias – Um Mosaico de Visões sobre a Região” (PASQUIS, 2003) “se valem de processos de conscientização, coordenação e difusão de informação”. Segundo a metodologia da pesquisa, esses seriam os tipos ideais de estratégias escolhidas por tais atores para serem implantadas na Amazônia.

O uso destes instrumentos [novas tecnologias de comunicação, redes e fluxos de informações], empregados tanto para os diagnósticos quanto para os seus monitoramentos e gerenciamentos, reforçam a importância da informação ambiental, que depende da integração de conhecimentos originados através de vários domínios científicos, e, especialmente, da capacidade de armazenar, recuperar e integrar dados que fundamentarão a tomada de decisões. A ampla disseminação da informação ambiental, que hoje caminha lado a lado com a tecnologia de comunicação, permite o desenvolvimento de novas metodologias, assim como o surgimento de novos indicadores. (MELLO, 2006, p. 199)

4. A MÍDIA SOBRE O TERRITÓRIO

Não se pode negligenciar a oportunidade de integrar informações de diversas origens: notícias de formato jornalístico com dados científicos, combinados de maneira inovadora, podem gerar novas formas e conteúdo. A perspectiva de articular o conhecimento tradicional ao conhecimento científico, com informações trabalhadas de forma mais complexa do que a usada na mídia de massa tem lugar certo no *bios midiático*, espécie de realidade paralela que se sobrepõe à vida social e gera profundas mudanças: “esse novo bios é a sociedade midiaticizada enquanto esfera existencial capaz de afetar as percepções e as representações correntes da vida social, inclusive de neutralizar as tensões do vínculo comunitário” (SODRÉ, 2007, p. 21). Esse *bios* tem potencial para influenciar decisões concretas na sociedade contemporânea, contanto que haja argumentação coerente e baseada em fatos, no intuito de despir a discussão de encarniçados interesses classistas e corporativistas.

O conhecimento acumulado e disponível sobre o funcionamento dos ecossistemas locais, mesmo que ainda insuficientes, precisa ser transformado no curto prazo em políticas públicas mais eficientes. Crescentes investimentos em inventários ecológicos, em iniciativas socioculturais e econômicas locais, na valorização dos produtos florestais e serviços ambientais, no conhecimento da biodiversidade podem representar a base econômica futura para a região e representar esta ousadia científica. (MELLO, 2006, p. 354)

Uma das principais demandas apontadas em pesquisas como *Narrativas da Floresta*⁴ é a limitada abrangência territorial da cobertura jornalística, baseada nas cidades, deslocando-se pouco em direção aos lugares que se pretende conservar. A conceituação de jornalismo alternativo para a QAA aborda esses aspectos:

O jornalismo alternativo para a QAA caracteriza-se como um jornalismo de interesse público, veraz, responsável, eficiente, crítico, leal à sociedade, política e economicamente independente, com a principal finalidade de fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem capazes de debater a QAA.

Como método, propõe-se que o jornalista se disponha a vivenciar uma relação sujeito-sujeito com a sociedade e com suas fontes, como forma de praticar a interação social criadora. O jornalismo alternativo para a QAA atua na compreensão de que é necessário articular ciência e saber comum, promovendo o diálogo de saberes. (BITTENCOURT, 2013, p. 206)

A relação sujeito-sujeito do jornalista com suas fontes caracteriza-se como uma tentativa de superar o distanciamento que prejudica a percepção da realidade e das prioridades que regem a vida do homem e da mulher da floresta. A rotina de manipular informações provoca, no jornalista, a tendência a “objetificar” pessoas e situações. A proposta da relação sujeito-sujeito (MEDINA, 2006) convida o jornalista a mergulhar na realidade que pretende descrever e a alcançar uma postura de envolvimento e empatia.

Durante a pesquisa da tese (BITTENCOURT, 2013), criou-se metodologia a fim de comprovar a existência do jornalismo alternativo para a questão ambiental amazônica. Condiçãoou-se a viabilidade dessa prática jornalística à criação de um meio de comunicação jornalístico alternativo com projeto editorial e projeto político que visassem ao debate da QAA. Assim, constituiu-se tal

⁴O projeto de pesquisa “Narrativas da Floresta” (BITTENCOURT, 2007) teve o objetivo de pesquisar a cobertura da imprensa para a questão ambiental amazônica (www.narrativasdafloresta.blogspot.com)

veículo de comunicação, caracterizado como “Agência Ambiental de Notícias da Amazônia” (ANAM), base e referência jornalística para a política pública que aqui se desenha. É possível viabilizar econômica e politicamente um meio de comunicação jornalístico alternativo para a QAA? A resposta confirmaria ou negaria a principal hipótese da pesquisa. Previu-se intervenção pedagógica em disciplina do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Acre (Ufac).

O primeiro texto foi publicado no blog da ANAM (<http://noticiasdaamazonia.wordpress.com/>) no dia 16 de junho de 2013. Avaliou-se que a pesquisa de campo conseguiu isolar o fator primário que condicionava a prática do jornalismo alternativo para a QAA. Desta forma, a criação da ANAM comprovou a hipótese de que é possível contribuir para a conservação da floresta amazônica por meio do jornalismo. O principal resultado da tese diz respeito à concepção de uma linha editorial coerente e suficientemente fundamentada para dirigir o trabalho cotidiano de um meio de comunicação. A ANAM visa o objetivo claro e preciso de contribuir para a conservação da Amazônia, desembaraçado de interesses comerciais. Como objetivos gerais, foram definidos “a) alimentar e fundamentar o debate democrático sobre a questão ambiental amazônica (QAA) com informação independente e b) contribuir para a elaboração de uma estratégia política amazônica de conservação da Amazônia” (BITTENCOURT, 2013, p. 177). Para a política pública aqui descrita, assumem-se as mesmas diretrizes políticas e jornalísticas concebidas na tese.

Exatamente devido a seu projeto editorial e político, esse tipo de meio de comunicação jornalístico alternativo padece de outros males, sendo o principal deles a carência de recursos para promover uma rotina jornalística com periodicidade e escala. Assim, buscam-se recursos para essa atividade no patrimônio público brasileiro, já que o objetivo é entendido como de interesse público para o país. Existe a convicção de que se trata de uma proposta estratégica para a conservação da floresta amazônica.

5. POLÍTICA PÚBLICA JORNALÍSTICA PARA O DEBATE DA QAA: PRIMEIROS PASSOS

Traça-se uma estratégia de ação com o objetivo de formar rede de comunicação no território amazônico, embrião e estrutura provisória da política pública desenhada. O projeto inicia-se na Universidade Federal do Acre, instituição federal pública baseada no território amazônico, estado do Acre, cidade de Rio Branco. A autonomia universitária gera ali uma territorialidade relativamente livre de influência político-partidária, pelo menos em relação aos cenários estadual e municipal. A opção pela universidade otimiza mão de obra, tendo em vista que a proposta surge ali, no grupo de pesquisa Amajor – Meio Ambiente, Direitos Humanos e Jornalismo na Amazônia (CNPq/Ufac), a partir do projeto de pesquisa da tese “Jornalismo alternativo para a questão ambiental amazônica”. Entende-se a universidade e seus professores como agentes do

poder executivo brasileiro, instância adequada para idealizar e propor as primeiras articulações de um projeto de política pública. Enfim, o conceito de jornalismo alternativo para a QAA busca concretizar-se por meio de uma pragmática ação política de governo – política pública de acordo com a síntese de Souza:

Das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, podemos extrair e sintetizar seus elementos principais:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação. (SOUZA, 2006, p. 36-7)

Entre as diversas ponderações possíveis a respeito desses pressupostos, duas são particularmente importantes. Primeiramente, a participação de vários atores formais e informais em diversos níveis de decisão confere pluralidade ao processo, caracterizando-se como um dos aspectos da atual proposta. São as vozes neutralizadas ao longo da história, as fontes das reportagens, os entrevistados, os “faladores” capazes de transmitir conhecimento informal sobre desenvolvimento sustentável e sobre os processos políticos de apropriação de recursos naturais. A segunda ponderação diz respeito à aceitação do processo institucional da ação governamental. Interpreta-se a política pública como “ação intencional”, com objetivos claros e previstos em cronograma.

Frey (2000, p. 226) propõe as seguintes fases como subdivisões para analisar o “ciclo político” de uma política pública: (a) percepção e definição de problemas, (b) *agenda-setting*, (c) elaboração de programas e decisão, (d) implementação de políticas, (e) avaliação de políticas e (f) a eventual correção da ação. Neste artigo, o objetivo restringe-se a articular elementos necessários para avançar nos itens (a), (b) e (c).

a) Percepção e definição do problema político

Admite-se que o problema político consiste na falta de credibilidade da mídia de massa para subsidiar o debate da QAA. Trata-se de uma mídia estabelecida para defender e estimular o modelo hegemônico de desenvolvimento, baseado na exploração da natureza, na concentração de renda e no crescimento econômico – modelo conhecido pela devastação ambiental que provoca. Segundo a clássica proposição de Lowi⁵ (1972 apud FREY, 2000, p. 223-4), a política pública aqui proposta configura-se como “constitutiva” ou “estruturadora”, ou seja, está entre aquelas que “determinam as regras do jogo e com isso a estrutura dos processos e conflitos políticos” (FREY, 2000, p. 224).

A política estruturadora diz respeito à própria esfera da política e suas instituições condicionantes (‘polity’) – refere-se à criação e modelação de novas instituições, à modificação do sistema de governo do sistema eleitoral, à determinação e configuração dos processos de negociação, de cooperação e de consulta entre os atores políticos. (...). Enquanto políticas sócias regulatórias versam sobre questões morais e vêm sendo discutidas de forma bastante controversa dentro da sociedade, as políticas estruturadoras ou constitutivas costumam provocar muito menos impacto na esfera pública. Embora essas políticas possam implicar consequências poderosas para o processo político, em geral costuma-se discutir e decidir sobre modificações do sistema político apenas dentro do próprio sistema político-administrativo. Raramente essas discussões se tornam fatos políticos envolvendo setores mais amplos da sociedade. (FREY, 2000, p. 224-5)

Assim, a política em tela se configura como uma política pública na área de Comunicação Social, a fim de prover pluralidade de vozes ao debate sobre a QAA. Contudo, tal política de Comunicação Social só cumprirá seu objetivo se articulada a uma política ambiental que discuta a QAA na região amazônica. Esse fato impõe que a proposta jornalística venha acompanhada de uma discussão direta sobre política ambiental, com o envolvimento de pesquisadores, universidades, dos poderes legislativos das três esferas de poder, com a realização de debates, audiências públicas e com a atuação em conselhos de meio ambiente.

⁵LOWI, T. J. Four Systems of Policy, Politics and Choice. In: **Public Administration Review**, v.32, n. 4, p. 298-310, 1972.



b) *Agenda-setting* (definição de agenda)

É a fase atual do trabalho de criação desta política pública de Comunicação Social/Jornalismo. Pretende-se o envolvimento de relevantes atores políticos, a começar pela Universidade Federal do Acre, com a realização de ações de extensão ligadas à produção noticiosa da Agência Ambiental de Notícias da Amazônia (ANAM). A área de extensão da universidade pode prover recursos para reportagens, em especial na viabilização do transporte para locais remotos e na concessão de bolsas. Os certificados de extensão e as bolsas revelam-se extremamente importantes para conseguir o empenho de jornalistas e alunos que desejam aprimorar-se na área de jornalismo e meio ambiente. Nesse sentido, em março de 2015 foi aprovado na Universidade Federal do Acre o projeto de extensão “Agência Ambiental de Notícias da Amazônia II”, a fim de prover informação sobre a QAA para a sociedade.

Torna-se relevante a formação de uma rede de informação constituída por agentes sociais das mais variadas origens: ribeirinhos, caboclos, indígenas, camponeses. São parceiros granjeados lentamente, de acordo com a dinâmica social do projeto. A questão territorial configura-se imprescindível para a proposta, pois um dos pontos primordiais do jornalismo alternativo para a QAA reside na abrangência que a cobertura jornalística é capaz de alcançar. O processo de formação de uma rede como essa, baseada em locais remotos, não se concretiza em pouco tempo. Envolve a criação de vínculos comunitários, os quais pretende-se conquistar em atividades de pesquisa e extensão. A efetividade de tais contatos, iniciados a partir de relacionamentos de longo prazo, vão decidir se o tema tem chance de ser incluído na pauta política atual ou se a tentativa de sua inclusão deve ser adiada. O entrosamento com estados e municípios é fundamental, bem como conhecer o nível de entrosamento entre municípios, estados e o âmbito federal. Faz-se conveniente a inserção em conselhos estaduais e municipais de Comunicação Social (Cultura) e de Meio ambiente, a relação com secretarias de estado e dos municípios.

c) Elaboração de programas e decisão

O modelo idealizado (instrumental) assemelha-se ao formato tradicional da empresa jornalística, a partir do axioma de que o bom jornalismo se faz com reportagem. Ou seja, é necessária uma estrutura formada por jornalistas graduados, trabalhando em redações jornalísticas na região amazônica. A proposta parte do conceito de Amazônia Legal Brasileira e pretende abranger os principais corredores econômicos da Amazônia. Como referência territorial dessa rede, os grandes afluentes do Amazonas e as cidades mais importantes. Cada redação necessita de uma estrutura mínima para seu funcionamento, com sala climatizada, acesso à Internet, telefone, móveis de escritório, veículo para transporte terrestre e fluvial, além da presença de três jornalistas selecionados mediante concurso público federal.

As redações seriam instaladas de acordo com os principais rios e cidades: rios Javari, Juruá, Purus, Acre, Madeira, Xingu, Tapajós, Araguaia, Baía das Bocas (PA), rios Trombetas, Japurá, Negro, Branco, Tefé, Coari; nas cidades de Belém, Manaus, Parintins, Tabatinga, Macapá, Oiapoque etc. Projeta-se cada uma dessas redações com sala de redação, carro, voadeira, computadores e internet, barqueiro/motorista, ajudante, editor, repórter e repórter fotográfico. (BITTENCOURT, 2013, p. 203)

Para centralizar as informações provenientes de tantos pontos, idealiza-se um site com grande capacidade de armazenagem de dados, a fim de permitir a difusão de produtos em variadas mídias: texto, vídeo, áudio, foto. O contato com empresas de mídia de massa é imprescindível, com o objetivo de estimular o debate da QAA também nesses meios de comunicação hegemônicos. Muitas vezes, a carência de notícias oportuniza a criação de “brechas”, a partir das quais se pode inserir a temática da QAA na mídia de massa. Propõe-se uma visão abrangente do jornalismo como produtor cultural de sentidos em diversas esferas, aproveitando a linguagem acessível do jornalismo e seu grande alcance, em termos de capacidade de difusão de informações, se comparada aos processos educacionais e políticos locais/comunitários. Preveem-se os seguintes direcionamentos como próximos passos para a proposição desta política pública de Comunicação Social de apoio ao debate da questão ambiental amazônica:

- Pesquisa de caminhos institucionais: investigar que órgãos governamentais teriam interesse em desenvolver essa política pública;
- Pesquisar a qual política pública ambiental estaria vinculada esta política pública de Comunicação Social;
- Pesquisa e articulação com outras políticas públicas de Comunicação Social;
- Iniciar diálogo interdisciplinar com as áreas de Economia, Ecologia, Direito e Educação (em busca de parcerias científicas nas áreas de desenvolvimento sustentável, biodiversidade, legislação ambiental e educação ambiental);
- Estabelecimento de projeto de pesquisa para pesquisar uma política pública nesse sentido (grupo de pesquisa Amajor);
- Articulação dentro da universidade através de editais de pesquisa e extensão;
- Articulação com a sociedade por meio de projetos de pesquisa e extensão;
- Contato com o Conselho Estadual de Meio Ambiente (Acre);
- Articulação política com o governo do estado do Acre;
- Manutenção e atualização do site já existente (ANAM);
- Realização de eventos na Ufac para estimular debates e discussões sobre a questão ambiental amazônica na esfera universitária.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todo o trabalho promovem-se reflexões sobre a absoluta necessidade de incentivar a participação da sociedade civil no debate sobre o desenvolvimento regional amazônico e seus aspectos ambientais. A reflexão sobre jornalismo e QAA evidencia que a simples criação de meios de comunicação jornalísticos alternativos não basta. É preciso conceber estrategicamente linhas editoriais que busquem focar as discussões subjacentes às questões ambientais, incentivando a implantação de fóruns democráticos de discussão. O momento é especial, pois estão previstos grandes projetos que podem mudar a Amazônia permanentemente.

7. REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, M.P.H. **Projeto Narrativas da Floresta**. Rio Branco: UFAC, 2007. Projeto de Pesquisa, Coordenadoria de Apoio à Pesquisa, Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Acre, 2007.

_____. **Jornalismo alternativo para a questão ambiental amazônica**. 2013. 276 f.. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível no link: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-04122013-202449/pt-br.php>

_____. **Agência Ambiental de Notícias da Amazônia (ANAM)**, 2013. Disponível em <http://noticiasdaamazonia.wordpress.com>. Acesso em nov. 2014.

FREY, K. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e políticas públicas, [S.l.], n. 21, p. 211-59, jun. 2000.

MEDINA, C. **O signo da relação: comunicação e pedagogia dos afetos**. São Paulo: Paulus, 2006.

MELLO, N.A. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.

PASQUIS, Richard (Coord.). **As Amazônias: um mosaico de visões sobre a região**. Brasília: [S.n.], 2003.

SAQUET, M.A. **Por uma abordagem territorial**. In SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. (Orgs.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, p.73-94.

SODRÉ, M. **Sobre a episteme comunicacional**. Matrizes: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP, Dossiê: perspectivas autorais nos estudos de comunicação, São Paulo, Ano 1, n. 1, p. 15-26, jul.-dez. 2007.

Artigo



3º Congresso Amazônico de Desenvolvimento Sustentável

19 a 21 de novembro de 2014
Cuiabá, MT

- ▶ 1º Simpósio Nacional de Direito Agrário da UBAU
- ▶ 1º Colóquio Jurídico: Direito Agrário e Direito Ambiental
- ▶ 7º Congresso Internacional de Direito Agroambiental
- ▶ 5º Encontro Nacional de Prática Jurídica Ambiental

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, Ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

SOUZA, M. **Amazônia e modernidade.** Estudos Avançados: Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2002, vol 16, n. 45, p. 31-6.

TASSARA, E.T.O. **O pensamento contemporâneo e o enfrentamento da crise ambiental.** Pensar o Ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental. Orgs: CARVALHO, I.M.; GRÜN, M.; TRAJBER, R. Brasília: Min. da Educação, UNESCO, p. 219-232, 2006. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154579POR.pdf> Acesso em: 01 mai. 2009.